



Cabo de Guerra

A disputa por sentido na comunicação¹

Pablo Nabarrete Bastos²

Prof. Me. na Universidade Nove de Julho – UNINOVE – na área de Comunicação Social. Doutorando em Ciências da Comunicação, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação – PPGCOM – da ECA-USP. Linha de pesquisa de Comunicação, Cultura e Cidadania.

Resumo

A comunicação e a cultura, tendo a linguagem, a palavra, como elemento de intersecção e face sensível, exercem papéis estratégicos nas disputas por sentido entre interlocutores – a ênfase recai nos movimentos sociais, os meios de comunicação de massa e o poder público – e seus discursos que compõem a complexa trama da dialética cultural contemporânea. O processo intelectual de construção de mediações e diálogos entre/nos movimentos, nos processos de lutas simbólicas por atribuição de sentido às palavras e aos fenômenos sociais e culturais, bem como as condições estruturais para tessitura desses discursos e identidades, são questões centrais na composição de forças dos movimentos e agentes sociais, nas suas relações com os meios de comunicação de massa e o poder público, nos jogos de poder e linguagem que medeiam a construção dos aparatos hegemônicos e contra-hegemônicos.

Palavras-chave

Comunicação; cultura; linguagem; hegemonia; movimentos sociais.

¹ Trabalho apresentado ao GP Comunicação para a Cidadania, do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação da Intercom, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor Mestre em Comunicação Social na UNINOVE. Doutorando em Ciências da Comunicação do PPGCOM da ECA-USP, linha de pesquisa de Comunicação, Cultura e Cidadania, sob a orientação do Prof. Dr. Celso Frederico. Apresentou artigos em congressos e encontros de comunicação, cultura, cidadania, culturas populares e política. Autor do artigo “Jogo de espelhos”, publicado no livro “Comunicação para a Cidadania, caminhos e impasses”, editado pela E-Papers, compilação de trabalhos publicados no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, em 2007 na cidade de Santos. E-mail: pablobastos@hotmail.com; pablonabarrete@usp.br.



Cabo de Guerra

A disputa por sentido na comunicação

O jogo

Esse cabo de guerra é diferente. De imediato, não é possível reconhecer os oponentes, nem tampouco as regras do jogo, visto que tanto as composições de forças entre os jogadores quanto os fatores determinantes para vitória ou derrota são circunstanciais, posto que dialeticamente e historicamente constituídos. Os que ora puxam a corda com certa organização e controle para um dos lados possíveis, e as possibilidades são amiúde ampliadas, podem perder de vista a direção em virtude das mudanças no horizonte social, aparentemente fragmentado. Em dados momentos, tal qual o efeito de forças magnéticas sobre uma bússola, não é mais possível saber qual caminho seguir e identificar quem está do lado de quem. O cenário é composto por telas com diferentes representações sobre o jogo e seu histórico, recortes de classe, raça, gênero, geração, que influenciam incessantemente a conduta dos jogadores e seu papel na partida.

O material externo da corda, sua parte visível, é composto por linguagem, que se constitui em sublinguagens conforme o contexto do jogo e o cenário correspondente. A camada interna, o cerne da corda, sua força motriz, é composta pelas ideologias, que tanto equilibram o jogo em benefício dos dominantes, como podem mudar o rumo da partida em benefício das classes populares. As principais telas são alimentadas pelos meios de comunicação de massa, que possuem o Estado e as classes dominantes como seus principais dirigentes, o que baliza a postura e a visão dos jogadores sobre si e sobre o jogo. Paulatinamente, as classes populares organizadas também desenvolvem suas telas com suas próprias representações, estratégicas para equilibrar o jogo. E os elementos centrais que permitem aos jogadores se locomoverem, se reconhecerem e mudarem os rumos da partida, são a história e a estrutura social, correspondentes às forças da gravidade e ao atrito do chão, o que em última instância determina o *continuum* histórico. O olhar para a história e a consciência do seu papel e espaço ocupados no chão são estratégicos para operar mudanças na partida.

Indiscutivelmente, a comunicação e a cultura, e também as denominadas tecnologias da informação e da comunicação – TICs- possuem papel estratégico na contemporaneidade, sendo utilizadas para finalidades distintas, costumeiramente antagônicas, mediando construções e disputas materiais e simbólicas. Pretendo aqui mostrar o papel e o espaço da



linguagem, da comunicação, no processo de construção de um aparato hegemônico. Reconhecendo a produção, reprodução e usos da comunicação como fatores estratégicos na construção das identidades culturais contemporâneas, sem, contudo, perder de vista o determinismo, em última instância, da estrutura social, da base econômica que fornece os elementos concretos para mobilidade dos atores sociais e para consolidação do bloco de poder: classes dominantes, instituições e mecanismos de reprodução social. Estrutura social que utiliza pragmaticamente os artifícios dos jogos de linguagem para: aproximar/afastar, mostrar/esconder, apropriar/expropriar, reproduzir/transformar, conforme a intenção e finalidade sociais que consolidem o bloco de poder.

A base e a superestrutura

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material, dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. (MARX, 1975).

O que se pretende aqui não é uma análise exaustiva acerca do debate existente na teoria cultural marxista e nos estudos de comunicação, campos que busco convergir, acerca da relação entre estrutura e superestrutura. Historicamente, no marxismo dito ortodoxo, a ênfase recai nos aspectos econômicos. No campo da comunicação, até pela epistemologia do campo, os objetos, métodos e teorias são construídos para o entendimento dos processos simbólicos, comunicacionais, culturais, ideológicos, havendo, em diferentes períodos históricos e teóricos, maior ou menor ênfase à economia política da comunicação e às estruturas interpretativas. Busco expor os contornos gerais de um debate histórico, para mostrar dialeticamente as múltiplas determinações, materiais e simbólicas, que estruturam a construção hegemônica da realidade.

O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade de diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação. O primeiro passo reduziu a plenitude da representação a uma determinação abstrata; pelo segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento (MARX, 1983 p. 218).

O capitalismo é um sistema, um modo de produção, circulação e troca de mercadorias, que se utiliza da construção/apropriação de símbolos, imagens, ideias, gestos, palavras, de forma sedutora, atraente, com o objetivo de reproduzir-se socialmente e mascarar as suas contradições, onde reside a sua essência. A sua autorrevolução e reprodução social



incessantes e permanentes são expressas no modo como o capital avança sobre todas as áreas da vida e setores de produção; e na efemeridade de suas fórmulas, produtos e processos que consubstanciam desejos e necessidades, características acentuadas na contemporaneidade, denotando a lógica cultural do capitalismo avançado, chamada por alguns autores de pós-modernidade. Conquanto reconheça a relevância de formulações marxistas ortodoxas, a questão do determinismo econômico não pode ser confundida com reducionismo econômico, pois há múltiplas determinações – culturais, comunicacionais, ideológicas e políticas – que confluem e operam na construção e interpretação da realidade.

Na história da teoria da comunicação, percebemos a mudança, que aqui exponho de forma bastante sucinta, de enfoque teórico: do marxismo ortodoxo para uma perspectiva gramsciana. Sobretudo durante a década de 70, o embasamento das pesquisas recaía na chamada “teoria da dependência”, na qual a situação de subordinação na economia política global teria como “reflexo” a dependência no desenvolvimento cultural, o que é sintomático de uma abordagem marxista ortodoxa. Enquanto que na virada para os anos 80, devido a fatores endógenos como o processo de redemocratização do País, o surgimento de novos atores sociais e a reorganização da sociedade civil, como efeito retardado da descrença no “Estado como lugar e instrumento privilegiados das mudanças sociais” (SADER, 1995, p. 33); e mudanças globais, como a intensificação do processo de globalização, com os vertiginosos avanços dos meios de comunicação de massa e das TICs, há uma valorização, por vezes exagerada, do papel ativo do receptor na decodificação das mensagens, na constituição de sentidos.

A questão do determinismo econômico é cara ao marxismo e aos seminais estudos de comunicação. Sabemos que a ênfase proclamada por Marx aos aspectos da estrutura social, das forças produtivas, dos processos do capital, da lógica da mercadoria, da mais valia, deve-se à hegemonia, no período de gestação das suas análises, em meados do século XIX, da filosofia clássica alemã, idealista. Quando Marx afirma que “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX, 1975), marca uma posição filosófica e política diametralmente oposta à filosofia idealista, mostrando que são nas práticas sociais, no trabalho, na posição ocupada na estrutura social, e nas relações sociais advindas dessa posição na estrutura, que a consciência é forjada.

O chamado marxismo vulgar, com seu famigerado apelo economicista, é obra de leitores de Marx que se vinculam à tendência comumente chamada ortodoxa. Gramsci, que desenvolveu suas formulações a partir de sua vinculação marxista-leninista, sem, contudo, compactuar desta ortodoxia, afirma que:

A pretensão (apresentada como postulado essencial do materialismo histórico) de apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da infra-estrutura deve ser combatida, teoricamente, como um infantilismo primitivo, devendo ser combatida praticamente com o testemunho autêntico de Marx, escritor de obras políticas e históricas concretas. (GRAMSCI, 1966, p. 117).

Gramsci possui um papel destacado na história do marxismo e do pensamento ocidental, entre outros aspectos por ter conferido centralidade à comunicação e à cultura no processo de luta política, buscando sempre conciliar, tal qual Lênin, a teoria à prática revolucionária. O que se torna evidente na seguinte passagem:

existe adesão completa da teoria à prática, coloca-se neste sentido: de construir sobre uma determinada prática uma teoria, a qual, coincidindo e identificando-se com os elementos decisivos da própria prática, acelere o processo histórico em ato, tornando a prática mais homogênea, coerente, eficiente em todos os seus elementos, isto é, elevando-se à máxima potência; ou então, dada uma certa posição teórica, no sentido de organizar o elemento prático indispensável para que esta teoria seja colocada em ação. (GRAMSCI, 1966, p. 51).

É pertinente abordar, ao menos em linhas gerais, alguns delineamentos históricos da construção do pensamento de Antonio Gramsci, visto que nos estudos de comunicação o autor costuma aparecer ora como força oculta, ora como um culturalista, o que é ainda mais irresponsável, academicamente e intelectualmente, pois em seu trabalho não há uma *sobrevalorização* do aspecto cultural nem tampouco do papel ativo do sujeito ou da sociedade civil nas possíveis transformações históricas, e sim um grande esforço intelectual e político para pensar as relações entre sociedade, cultura, comunicação, política e o Estado. Os conceitos de hegemonia, de bloco histórico, de cultura popular, de ideologia, as questões das relações entre estrutura e superestrutura, foram desenvolvidos para conciliar teoria e prática com vistas à revolução comunista na Itália do início do século XX.

O conceito de *bloco histórico* de Gramsci enseja uma reflexão sobre a complexidade das relações entre estrutura e superestrutura, das relações entre os elementos superestruturais, a cultura, ideologia, comunicação, e da ardilosa constituição de um aparato hegemônico, estruturado por operações simbólicas que objetivam o consenso entre dominantes e dominados.

A análise destas afirmações, creio, conduz ao fortalecimento da concepção de “bloco histórico”, no qual, justamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma – sendo que esta distinção de forma e conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais. (GRAMSCI, 1966, p. 63).



Como o bloco histórico se mantém através de uma relação hegemônica, que é estruturada pela cultura, comunicação e ideologia, por sua vez mantidas e perpetuadas por instituições e práticas sociais e culturais, a relação entre classe dominante e classes populares é problematizada. Já que não há uma correspondência direta entre posição na estrutura e as ideias, a forma de lidar com os meios de comunicação, com as instituições culturais, sobretudo com o Estado, é determinante na constituição da força política dos agentes sociais no processo histórico. E a forma de compreender essas relações, o sentido do posicionamento político do sujeito coletivo, é estratégica na elaboração de uma identidade cultural e de um aparato ideológico, constituindo o motor de luta, pois é por esse prisma que se identificam os aliados, os inimigos e as formas de luta.

De acordo com Raymond Willians, um dos principais nomes dos estudos culturais, cujos textos constituíram a base deste projeto intelectual, acadêmico e político, inicialmente em solo britânico, fundamental para o pensamento que credita papel central à cultura nas práticas e processos sociais:

Nós temos que reavaliar “determinação” como o estabelecimento de limites e o exercício de pressões, e não como a fixação de um conteúdo previsto, prefigurado e controlado. Nós temos que reavaliar “superestrutura” em relação a um determinado escopo de práticas culturais relacionadas, e não como um conteúdo refletido, reproduzido ou especialmente dependente. E, principalmente, nós temos que reavaliar “base” não como uma abstração econômica ou tecnológica fixa, mas como as atividades específicas de homens em relações sociais e econômicas reais, que contêm tradições e variações fundamentais, e por isso estão sempre em estado de processo dinâmico. (WILLIANS, 2005, p. 214).

Hegemonia e linguagem

O termo hegemonia foi criado por Lênin para “se referir à liderança que o proletariado russo deveria estabelecer sobre os camponeses nas lutas pela fundação de um estado socialista.” (HALL, 2003, p. 294). O conceito de hegemonia é posteriormente desenvolvido por Gramsci para pensar, dentro do contexto italiano, como as culturas populares, a filosofia do povo ou do “senso comum³” das classes populares era heterogeneamente estruturada a partir de elementos progressistas e da filosofia das classes dominantes, historicamente sedimentada.

³ Gramsci considera que todos somos filósofos e que no senso comum está implícita uma visão de mundo. “Deve-se, portanto, demonstrar, preliminarmente, que todos os homens são “filósofos”, definindo os limites e características desta “filosofia espontânea”, peculiar a “todo o mundo”, isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom-senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que se conhece geralmente por “folclore”. (GRAMSCI, 1966, p. 11).

(...) nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista; preconceitos de todas as fases históricas passadas, grosseiramente localistas, e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. (GRAMSCI, 1966, p. 12).

Buscava entender de que forma essa visão de mundo estava atrelada ao bloco de poder, e como o povo poderia, culturalmente e ideologicamente, se tornar a classe dirigente. “Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” (GRAMSCI, 1966, p. 62). Stuart Hall afirma que “ele tinha plena consciência do quanto as linhas divisórias ditadas pelos relacionamentos de classe eram perpassadas pelas diferenças regionais, culturais e nacionais; também pelas diferenças nos compassos do desenvolvimento histórico regional ou nacional.” (HALL, 2003, p. 283).

E como na guerra por posições, as superestruturas são as “trincheiras” (HALL, 2003), a função dos intelectuais e a formação de novos intelectuais orgânicos é central na luta pela hegemonia política, pela conquista do dirigismo político-ideológico, para formação de novos blocos de poder, para transformação histórica.

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”. (GRAMSCI, 1968, p. 10).

As negociações entre os conteúdos ideológicos se expressam em processos comunicativos, através dos agentes sociais e sua relação com os distintos processos culturais e sociais de mediação, sobretudo nas relações com os meios de comunicação de massa e o Estado, compondo a complexa trama da dialética cultural contemporânea. Nesse ínterim, o popular, numa acepção sociológica, que associa cultura popular com a cultura feita pelo povo, pelas classes populares, é um campo privilegiado para pensar as disputas simbólicas por poder que estruturam os processos de comunicação – produção circulação, troca, apropriação, expropriação – visto que são forças com potencial antagonismo ao poder estabelecido, sobretudo quando organizadas em movimentos.

As culturas de classe tendem a se entrecruzar e a se sobrepor num mesmo campo de luta. O termo “popular” indica esse relacionamento um tanto deslocado entre a cultura e as classes. Mais precisamente, refere-se à aliança de classes e forças que constituem as “classes populares”. A cultura dos oprimidos, das classes excluídas: está é a área à qual o termo “popular” nos remete. E ao lado oposto a isto – o lado do poder cultural de decidir o que pertence e o que não pertence – não é, por definição, outra classe “inteira”,

mas aquela outra aliança de classes, estratos e forças sociais que constituem o que não é o “povo” ou as “classes populares”: a cultura do bloco de poder. O povo versus o bloco de poder: isto, em vez de classe contra classe, é a linha central da contradição que polariza o terreno da cultura. A cultura popular, especialmente, é organizada em torno da contradição: as forças populares versus o bloco de poder. Isto confere ao terreno da luta cultural sua própria especificidade. (HALL, 2003, p. 245).

Então, não é possível uma associação imediata entre as construções simbólicas desenvolvidas ou apropriadas pelas classes populares com sua relação e posicionamento diante dos discursos oficiais, das forças sociais em jogo e disputa. A consciência de fazer parte de um grupo cultural e social popular, de constituir a força simbólica e política do povo não é imediata, implica o desenvolvimento de um conjunto de mediações frente aos processos perpetuados pelas instituições culturais, políticas e aparatos comunicacionais do bloco de poder estabelecido.

A filosofia da linguagem, a partir de Wittgenstein, pela mediação de Adílson Citelli (CITELLI, 2008, 2006), e com Bakhtin (BAKHTIN, 2010) predominantemente, nos proporciona caminhos profícuos para compreender o papel da palavra nas construções e disputas simbólicas por poder e ideias. O aporte nas inflexões sugeridas pelos autores nos orienta a compreender a palavra, o diálogo, suas combinações e interações na busca por significação, como algo maleável aos aspectos condicionantes, como a orientação e o horizonte social, com uma agudização dessa crítica social por Bakhtin, e através dos jogos de linguagem por Wittgenstein. Para ambos o consenso acerca dos sentidos é algo provisório, contextual e circunstancial. Sendo que para Bakhtin a ênfase recai no papel desempenhado pela estrutura e orientação sociais, pelo entendimento da palavra como arena privilegiada onde se desencadeia a luta de classes; e para Wittgenstein, num nível mais alto de abstração, a linguagem é um constructo metafísico, ela existe concretamente por meio da sua materialização em sublinguagens, conforme o contexto em que se dá o diálogo e a busca pela significação.

Estudiosos de Wittgenstein dividem o percurso intelectual deste complexo autor entre duas fases: a primeira, quando desenvolve o *Tractatus Logico Philosophico* (1961), e a segunda, quando coloca em suspeição o fundo positivista dessa primeira fase através das *Investigações filosóficas* (1987). Neste primeiro momento, o filósofo austríaco, nome fundamental da filosofia pragmática da linguagem, busca trazer a filosofia para o terreno material, reorientando o pensamento filosófico através do arrefecimento do fundamento metafísico dos estudos de linguagem do período. Neste primeiro momento, a premissa básica

é a de que um enunciado é verdadeiro quando há equivalência entre a ordem da linguagem e da experiência, ou seja, entre a estrutura da linguagem e o estado das coisas, entre o “cá da linguagem e o lá do mundo”. (CITELLI, 2008, 2006). No segundo momento, é questionado esse aspecto de uniformização, universalização e figuratização da linguagem, quando desenvolve três conceitos fundamentais: jogo de linguagem, uso e contexto. Dos jogos participam não somente as palavras e suas possíveis construções sintáticas e semânticas, mas as variabilidades lingüísticas são erigidas conforme usos, contextos e circunstâncias envolvendo sujeitos e objetos. Ou seja, o enunciado se constrói nas relações, nas quais as linguagens são materializadas em sublinguagens, conforme o domínio dos interlocutores. Podendo essas sublinguagens variar de acordo com discursos profissionais, grupos culturais, raciais, de gênero etc. Conforme Citelli:

Os significados que decorrem da proposição (um enunciador esclarece o tipo de atividade e a condição da vida com a qual está envolvido), não são apreendidos nos limites ideais de sequências que inter-relacionam diretamente palavras e coisas, designadores e objetos, mas em jogos vinculando sublinguagens (a sequência discursiva que tem determinada ordem interna), usos (as várias escolhas, vocabulares, semânticas), e contextos (quadros situacionais balizadores do enunciado). Tal movimento (um nível do jogo de linguagem) ativa o processo de comunicação permitindo que as significações se façam nos fluxos entre enunciadores e enunciatários. (CITELLI, 2008, p. 16-17).

Em suas inflexões de cunho epistemológico, Bakhtin (1895-1975) buscou preencher uma lacuna existente no campo do marxismo acerca das relações entre linguagem, ideologia e estruturas sociais, e sua validade histórica persiste, criticando com peculiar perspicácia tanto aceções de caráter subjetivista e idealista quanto as de cunho mecanicista, esta no âmbito do marxismo. Ao afirmar que “tudo que é ideológico é um signo” (BAKHTIN, 2010, p. 31), nos mostra que a reprodução social e a reificação são substanciadas por operações lingüísticas, compreendendo aqui ideologia no sentido primário marxista, como engodo, como máscara que oculta os processos de expropriação e lutas de classe. A própria consciência é formada pela materialidade dos signos e se expressa também por mecanismos lingüísticos, pela palavra, preenche de sentido e cuja fecundidade está diretamente ligada ao grau de orientação social, ao horizonte social dos interlocutores, que podemos também compreender como consciência de classe. Nisso consiste a maleabilidade da palavra, que pode adquirir formas e sentidos diversos conforme seu conteúdo e intenção ideológicos, bem como sua função: estética, científica, política, social etc. De acordo com o autor

Classe social e comunidade semiótica não se confundem. Pelo segundo termo entendemos a comunidade que utiliza um único e mesmo código ideológico de comunicação. Assim, classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Consequentemente, em todo signo ideológico



confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. (BAKHTIN, 2010, p. 47).

Não obstante, esse caráter multifacetado do signo ideológico, que permite adequações conforme os interesses de classe e a orientação social dos co-enunciadores, é obstruído pelas classes dominantes, pelo boco de poder e seus mecanismo de reprodução social, pois essa dialética interna do signo faculta às classes populares materiais simbólicos para construção de um discurso contra-hegemônico. Dessa forma, as palavras que expressam a ideologia dominante são mostradas com unicidade, legitimando a face que lhe corresponde e ocultando outras possibilidades.

O jogo continua

O econômico fornece o repertório de categorias que serão utilizados no pensamento. O que o econômico não pode fazer é (a) fornecer os conteúdos particulares dos pensamentos das classes ou grupos sociais em qualquer tempo específico; ou (b) fixar ou garantir para sempre quais idéias serão utilizadas por quais classes. A determinação do econômico sobre o ideológico pode, portanto, acontecer apenas em termos do estabelecimento anterior de limites que definam o terreno das operações, estabelecendo a “matéria-prima” do pensamento. (HALL, 2003, p. 272).

Embora refutemos abordagens mecanicistas que expressem reducionismo econômico, é inegável, ao menos em última instância, as determinações de ordem econômica, mas essa característica estrutural, ao contrário de estancar possibilidades de compreensão e transformação da realidade, nos impele a desenvolver inflexões tensionadas a abarcar a totalidade dos processos. É certo que os desafios para compreender a complexidade da realidade e suas possibilidades de transformação são cada vez maiores e as brechas para construção de outro horizonte social cada vez menores.

Nesse período histórico, chamado por alguns autores de pós-modernidade, apresentam-se fenômenos socioculturais como: fragmentação das identidades, dos conceitos, maleabilidade dos processos, efervescência de imagens, que expressam a lógica cultural do capitalismo avançado. Essa efervescência e fragmentação são corolárias de mudanças estruturais, do processo destrutivo do capital cada vez mais veloz e avassalador, e são a face aparente, a imagem que perpetua essa mesma estrutura social, o que só interessa ao bloco de poder estabelecido.

Bastante contribui para este debate David Harvey (HARVEY, 1993). O autor analisa a pós-modernidade como situação histórico-geográfica. Mostra-nos que na pós-modernidade são intensificadas características fundamentais da modernidade, e da própria lógica capitalista de produção, como a efemeridade de produtos, idéias e processos históricos.

A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e,



com isso, todas as relações sociais. (...) Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas; as relações que a substituem tornam-se antiquadas antes de terem um esqueleto que a sustente. Tudo o que era sólido e estável evapora-se, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são, finalmente, obrigados a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações recíprocas. (MARX; ENGELS, 1987, p. 79).

Para David Harvey, o que gera essa multiplicidade e fragmentação de imagens, conceitos e identidades, sintomas característicos da pós-modernidade, é a alteração das forças produtivas e das relações de produção. O que ocorre, de acordo com as denominações do autor, com a mudança do modelo de acumulação fordista para o modelo de acumulação flexível. Com o processo de compressão do espaço-tempo, ou “destruição do espaço através do tempo” provocado pela interconexão global em redes de comunicação, são exacerbadas a fugacidade das construções materiais e simbólicas, o fetichismo da mercadoria, a necessidade do mercado de se apropriar incessantemente de símbolos, imagens e discursos construídos por diferentes grupos étnicos, sociais e culturais para criação de desejos e necessidades de consumo. (HARVEY, 1993). Multiplicam-se as linguagens e os discursos, os referenciais de identidade e de luta política, as formas de opressão e propostas alternativas de construção de uma outra realidade. O autor sugere que “a idéia de que todos os grupos têm o direito de falar por si mesmos, com sua própria voz, e de ter essa voz aceita como autêntica e legítima, é essencial para o pluralismo pós-moderno.” (HARVEY, 1993, p.52).

Obviamente que a pós-modernidade trouxe à tona alteridades regionais, de gênero, de raça e de geração, identidades culturais historicamente oprimidas que tiveram possibilidade de inserir e modular suas vozes na agência histórica. Entretanto, há uma reação perversa no processo do capital a essa proliferação de novas identidades e sua sobrevalorização, que é a acentuada ocultação de processos estruturais, haja vista que a marcha do capitalismo global tem poder para obstruir outras – de gênero, raça, comportamentais etc. – que geralmente não criam mecanismos conceituais e linguísticos com possibilidade de conter ou reverter sua lógica estrutural. Essa fragmentação tem como corolário também um horizonte social deveras fragmentado, bem como orientações sociais distintas. E os meios de comunicação de massa e as TICs atuam como grande espelho, provocando, por seus reflexos, deslocamentos, descentramentos, desterritorializações, mediando a visão dos atores sociais acerca da realidade, possibilitando a construção de novas identidades culturais, movimentos sociais, concomitantemente ao distanciamento cada vez maior de uma unidade política, de uma consciência de classe que possibilite transformações históricas profundas.



As disputas hegemônicas e seus jogos de linguagem, tendo a palavra como construtora e mediadora simbólica, ocorrem em diferentes instâncias e dimensões. Dentro dos movimentos sociais, culturais, em virtude das matizações ideológicas, e fundamentalmente nas relações com os meios de comunicação de massa e com o Estado, elementos centrais na construção de um aparato hegemônico.

As relações no Movimento Hip Hop expressam bem esse jogo de poder⁴. Nos processos histórico e cotidiano de constituição do Movimento, há distintas dimensões de lutas simbólicas para atribuir sentido ao Hip Hop: disputas internas, entre as principais vertentes do Movimento Hip Hop, e externas, na relação com os meios de comunicação de massa, a indústria cultural e o poder público.

O termo Hip Hop é uma expressão que significa, numa tradução literal da língua inglesa, saltar e girar os quadris, uma referência à dança de rua, um dos elementos artísticos do Movimento Hip Hop. Os elementos artísticos do Hip Hop foram anteriormente criados e têm como principal matriz a ancestralidade africana e as diversas expressões culturais de matriz africana. Essa matriz está presente na música, no ritmo, na poesia, na tradição da oralidade, que tem como rica expressão a figura do griôt, os contadores de histórias, os ícones da memória transmitida pela oralidade; papel desempenhado na contemporaneidade pelos agentes do Hip Hop, guardadas as devidas proporções. São os seguintes elementos artísticos que constituem o Hip Hop: o DJ (Disc Jockey) que é aquele que “pilota” os toca-discos e anima a festa; o MC (Máster of Ceremony), o mestre de cerimônias, é quem canta e comanda a festa; e esses dois elementos constituem o rap (sigla de rhythm and poetry, ritmo e poesia); a dança de rua, sendo o breaking a mais difundida; e, por fim, o graffiti, a arte plástica que era utilizada inicialmente para marcar o território das gangues. Foi nas festas de rua, as block parties, promovidas por Afrika Bambaataa, que a união dos elementos artísticos desenvolvidos pelos afro-latinos, afro-caribenhos e latinos ganhou força. Em 12/11/1973, Afrika Bambaataa cria a organização Universal Zulu Nation, e oficialmente, um ano depois, o Movimento Hip Hop.

Há uma grande diversidade no posicionamento político, nas formas de se trabalhar as matrizes sociais, étnico-raciais, de gênero e geração, de acordo com as referências históricas e culturais de cada cidade e dos integrantes das organizações de Hip Hop: as posses. Posse é o

⁴ Ver mais sobre as tendências e processos de construção de sentido sobre o Movimento Hip Hop em: BASTOS, Pablo Nabarrete 2008: Ecos de espelhos. Movimento Hip Hop do ABC Paulista: sociabilidade, intervenções, identificações e mediações sociais, culturais, raciais, comunicacionais e políticas. Dissertação de Mestrado – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.



nome criado pelos integrantes do Hip Hop para as organizações em que trabalham os elementos artísticos – MC, DJ, Breaking (a dança de rua mais praticada) e Graffiti - em torno de uma visão de mundo e um projeto político, que eles entendem e denominam como o quinto elemento. Atualmente há grandes organizações de Hip Hop atuando em projetos políticos mais amplos, em nível nacional e internacional, desenvolvendo alianças com outras entidades, principalmente movimentos negros e partidos políticos de esquerda. Há, inclusive, na tendência classista de Hip Hop, cujo principal representante é a organização nacional Nação Hip Hop Brasil, um diálogo com o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.⁵

Em síntese, há uma disputa interna, na qual se apresentam três grandes tendências: uma que trabalha com centralidade na questão de raça, outra com centralidade na questão da luta de classes, e uma terceira tendência que podemos chamar de culturalista. O trabalho de formação artística, cultural e política desempenhado por essas organizações, constituindo um processo de comunicação e educação, possibilitando a construção de uma consciência crítica, é desenvolvido numa tensão constante, tal qual um cabo de guerra, para atribuir sentido ao Movimento Hip Hop. Tensões internas e uma disputa incessante com os meios de comunicação de massa, a indústria cultural e o poder público. A visão do Estado é predominantemente a da educação bancária, sem margem para o diálogo, nos dizeres freireanos, com políticas em grande parte com intentos domesticadores.

Os meios de comunicação de massa, propriedades de algumas famílias “afortunadas”, desenvolvem recortes que privilegiam o bem de consumo simbólico, rentável para a indústria cultural, expropriando seu caráter ideológico, as palavras com potenciais para flutuarem e modificarem a estrutura social. No caso do Hip Hop, associando-o ao rap, criando um discurso metonímico, extremamente prejudicial para o caráter político do movimento. E ao se referir ao estilo musical, que é o rap, a junção dos elementos MC e DJ, principalmente quando se referem ao rap nacional, utilizam a palavra hip hop, como sinônimo de gênero musical, e menor conotação crítica e política junto ao grande público do que o rap, mais vinculado à periferia.

No dia 27/06/2011, uma segunda-feira, quando circula na Folha de São Paulo um suplemento com matérias selecionadas do New York Times, o que mostra que a estratégia não é uma particularidade nacional, saiu, na seção Arte & Estilo, matéria intitulada “Conhecido

⁵ No projeto de Doutorado que estou desenvolvendo junto à ECA, na linha de pesquisa de Comunicação, Cultura e Cidadania, sob orientação do Prof. Dr. Celso Frederico, pesquiso os impactos da comunicação, cultura e ideologia do MST nos movimentos populares urbanos.

por fundar o 'reggae dancehall'. Escrita por Rob Kenner, é uma clara alusão ao Hip Hop como gênero musical. A matéria apresenta a seguinte frase na abertura do *lead*:

Durante um concerto de reggae e hip-hop em Miami, o DJ Nuffy começou a apresentar o artista de reggae "dancehall" Vybz Kartel.

Em outra matéria, esta do caderno Ilustrada, caderno que apresenta notícias de arte, cultura e entretenimento, do dia 22/06/2011, há matéria sobre lançamento do álbum "Doggumentary", do rapper multimilionário e presença constante na mídia, Snoop Dogg. No sétimo parágrafo está a seguinte frase:

Snoop descobriu seu talento para o rap aos 15 anos, quando participava de disputas de hip-hop no colégio.

Mais uma vez, claramente, a palavra Hip Hop é exposta como gênero musical. Nesses casos, sobrepõe-se o valor de troca sobre o valor de uso da palavra. Palavra que, velada, violada e expropriada, vende um bem de consumo aparentemente asséptico. Sendo assim, “afirmar que o exercício da língua só parece importar enquanto valor de troca e não de uso mostra o sentimento redutor que acompanha as operações com muitas das palavras em circulação nos media”. (CITELLI, 2006, p. 60-61).

Na relação com o MST, essa postura dos media é ainda mais agressiva. Isso se explica pela postura radical do movimento, que faz estremecer o bloco de poder ao construir e mostrar outra lógica de organização e domínio do espaço e do tempo, questão fundamental na luta de classes, que se contrapõe enfaticamente à lógica do capital, representado pelo agronegócio, o Estado e as multinacionais da comunicação; ao mostrar que possui voz própria, que pode e quer ser protagonista da sua história, agente principal das grandes transformações históricas. E tendências de movimentos populares urbanos, pelos impactos simbólicos de suas ações, veem no MST um importante espelho para construírem sua identidade de classe e seus projetos de luta pela soberania popular.

Esse movimento incomoda não somente porque traz de volta ao cenário político a questão agrária, que é problema secular no Brasil. A impressão é de que o seu próprio jeito de ser é o que incomoda mais: suas ações, mas, principalmente os personagens que faz entrar em cena, e os valores que esses personagens encarnam e expressam em suas ações, sua postura e sua identidade, que podem, aos poucos, espalhar-se e constituir outros sujeitos, sustentar outras lutas. (CALDART, 2004, p. 27).

As palavras dos media apontam, em diferentes suportes midiáticos, para os trabalhadores e trabalhadoras do campo, com precisão técnica e ideológica, criminalizando as ações do MST, como ficou evidente durante as ações de ocupação à Fazenda da multinacional Cutrale, em Iaras (SP), outubro de 2009. O acontecimento foi intensamente repercutido em



diferentes meios de comunicação, de massa e digitais. Sobretudo, as grandes empresas de comunicação e as classes dominantes, que repercutem e sustentam sua ideologia neoliberal, rangeram os dentes para proteger o que para eles é intocável: a propriedade privada e a proclamada liberdade, leia-se liberdade para produzir suas mercadorias, materiais e simbólicas, e produzir riquezas para suas famílias. Pouco foi dito que se tratava de ocupação⁶, portanto uma ação legal e não uma invasão, à fazenda de 2.400 hectares de monocultura de laranja, destinadas em grande parte para exportação, em terras pertencentes à União. “Assim os lexemas invadir e ocupar serão utilizados como expedientes retóricos asseguradores de visões de mundo e concepções organizadas da sociedade”. (BACCEGA, M.A. e CITELLI, A. O.). Certamente, o MST é considerado um dos maiores inimigos dessa liberdade individual encampada pelas elites, assim como é, cada vez mais, importante referência para movimentos populares urbanos progressistas. Analisando a forma como o discurso do MST, especificamente com relação ao lema: ocupar, resistir e produzir, é repercutido nos *media*, Citelli atesta que

Alguns termos têm funcionalidade interna e razão de ser em decorrência daquelas características : ocupar, resistir, produzir transforma em lema indicador de certa compreensão que o Movimento Sem Terra manifesta acerca de suas ações no campo. Para os *media*, contudo, e logo para boa parte da população, as indefinidas palavras bagunça e baderna, reiteradas com intensidade, ganharam identidade especiosa nominalizando fenômenos com os quais não tinham muita relação de origem; em lugar dos verbos ocupar ou produzir, entram invadir e roubar. (CITELLI, 2006, p. 64).

Pensamos no diálogo freireano, no humanismo científico e radical, como norte para a mobilização popular, como caminho para encontrar a unidade na diversidade. Conforme o autor “o diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos”. (FREIRE, 1977, p. 43). Mais adiante, Paulo Freire explica o caráter desse humanismo, que define como científico. “Humanismo, que vendo os homens no mundo, no tempo, “mergulhados” na realidade, só é verdadeiro enquanto se dá na ação transformadora das estruturas em que eles se encontram “coisificados”, ou quase “coisificados””. (FREIRE, 1977, p. 74). Tais quais as práticas sociais e a estrutura social constituem o aporte primário para a consciência, a palavra é a base estruturante e o caminho através do qual o pensamento e a consciência são erigidos, conceitual e simbolicamente. O sentido não está guardado, enclausurado no significado, mas é algo maleável, errático, que se encontra no processo de

⁶ Uma discussão aprofundada e jurídica sobre a diferença entre invadir e ocupar, o que não é o foco principal desta pesquisa, pode ser encontrada em SILVA, José Gomes da 1996: Reforma Agrária Brasileira – Na virada do milênio. Campinas: Abra.



interação social, nos jogos de linguagem, na busca pela significação, que pressupõe co-enunciadores e a mediação da história e da palavra – significante e significado – moldada ideologicamente conforme o contexto, a orientação e o horizonte social dos interlocutores. Dispomos de um mesmo campo sócio, maleável e neutro a princípio, para a construção das pontes da significação, erigidas no diálogo. O jogo de poder, da dialética cultural e luta pela hegemonia na contemporaneidade, tem na linguagem, nas sublinguagens, na palavra e sua ideologia correspondente a sua face sensível, moldando e sendo modelada conforme as disputas colocadas pela agenda histórica. O jogo continua.

Referências Bibliográficas

- BACCEGA, M.A. e CITELLI, A.O. **Retórica da manipulação: os sem terra nos jornais**. In: Comunicações e Artes. São Paulo (20) 23-29 abr, 1989.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BASTOS, Pablo Nabarrete. **Ecos de espelhos**. Movimento Hip Hop do ABC Paulista: sociabilidade, intervenções, identificações e mediações sociais, culturais, raciais, comunicacionais e políticas. Dissertação de Mestrado – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2008.
- CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CITELLI, Adilson. **Comunicação e linguagem: diálogos, trânsitos e interditos**. In: Revista Matrizes. ECA-USP. Ano 2. Nº 1, 2008.
- CITELLI, Adilson. **Palavras, meios de comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2006.
- MARX, Karl e Engels, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Global, 1987.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MARX, Karl. **Ideologia Alemã**. In MARX, Karl e Engels, F.. Textos 1. São Paulo: Ed. Sociais, 1975.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFM, 2003.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- WILLIAMS, Raymond. **Base e estrutura na teoria cultural marxista**. São Paulo: Revista USP, n. 65, março/maio2005.